



Artigo

Funcionamento do atendimento educacional especializado na educação infantil: descrição da opinião de pais e professores

Functioning of educational assistance specialized in early childhood education: description of the opinions of parents and teachers

Funcionamiento de la atención educativa especializada en la educación infantil: descripción de la opinión de padres y profesores

Aline Ferreira Rodrigues Pacco¹, Fabiana Cia²

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos-SP, Brasil

Resumo

É preconizado pela política que crianças em idade pré-escolar público alvo da educação especial receba o atendimento educacional especializado - AEE, assim o presente estudo tem como objetivo descrever o funcionamento do AEE, na Educação Infantil a partir da opinião do professor do AEE, professor do ensino colaborativo, professor da sala comum e da família. Realizou-se um estudo em que participaram quatro professores de salas de aula comum, um professor da sala de recursos multifuncionais, um professor do ensino colaborativo e dois familiares de alunos com deficiência. Foram realizadas entrevistas estruturadas com os participantes. Os dados foram analisados por meio de agrupamento de eixo temático. Os resultados demonstraram que todos os participantes compreendem a importância do trabalho na Sala de Recursos Multifuncional, no entanto, alguns professores apontam que a presença do professor colaborativo em sala de aula está sendo mais benéfica para o processo de inclusão escolar. Além disso, percebe-se que a relação entre os professores e a família ainda carece de estabelecimento de maior comunicação e confiança.

Abstract

It is recommended by the policy that preschool children of special education target receive the specialized educational service - ESA, so the present study aims to characterize the ESA organization in Early Childhood Education from the opinion of the ESA teacher, teacher of collaborative teaching, common room and family teacher. A descriptive study was carried out, with the participation of four common classroom teachers, a multifunctional resource room teacher, a collaborative teaching teacher and two families of students with disabilities. Structured interviews were conducted with the participants. The data were analyzed through clustering of thematic axis. The results

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos.

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-6571-0463>

E-mail: aline_pacco@hotmail.com

² Professora Adjunta IV do departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos. Doutora em Educação Especial, pela Universidade Federal de São Carlos.

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-0155-3331>

E-mail: fabianacia@hotmail.com

demonstrate that all participants understand the importance of the work in the Multifunctional Resource Room, however, some teachers point out that the presence of the collaborative teacher in the classroom is being more beneficial to the process of school inclusion. In addition, it can be seen that the relationship between teachers and the family still lacks the establishment of greater communication and trust.

Resumen

En el presente estudio se propone la caracterización de la organización del AEE en la Educación Infantil a partir de la opinión del profesor de la AEE, profesor de la educación de adultos, de la enseñanza colaborativa, profesor de la sala común y de la familia. Se realizó un estudio descriptivo, en el que participaron cuatro profesores de aulas comunes, un profesor de la sala de recursos multifuncionales, un profesor de enseñanza colaborativa y dos familiares de alumnos con discapacidad. Se realizaron entrevistas estructuradas con los participantes. Los datos fueron analizados por medio de agrupamiento de eje temático. Los resultados demuestran que todos los participantes comprenden la importancia del trabajo en la Sala de Recursos Multifuncional, sin embargo, algunos profesores apuntan que la presencia del profesor colaborativo en el aula está siendo más beneficiosa para el proceso de inclusión escolar. Además, se percibe que la relación entre los profesores y la familia todavía carece de establecimiento de mayor comunicación y confianza.

Palavras-chave: Educação especial, Educação infantil, Atendimento educacional especializado.

Keywords: Special education, Child education, Specialized educational assistance.

Palabras claves: Educación especial, Educación infantil, Atención educativa especializada.

Introdução

A Educação Infantil é o segundo ambiente no qual a criança estabelece contato social, exercendo, dessa maneira, influências no desenvolvimento infantil (MOYLES, 2010). Sabe-se que durante um longo período de tempo era papel apenas das famílias ou de grupos sociais educar e preparar as crianças para as exigências da vida adulta, não havendo instituições com essa finalidade educacional (BUJES, 2001).

Atualmente, a Educação Infantil é considerada a primeira etapa da Educação Básica, sendo reconhecida legalmente, como aponta a Lei nº 12.796, de 2013 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 94/96:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 2013, p.10).

O objetivo da Educação Infantil está associado a dois grandes processos, sendo eles, o educar e o cuidar, em que nenhum deles pode ser

negligenciado, considerando que as crianças apresentam diferentes necessidades. Desse modo, faz-se necessário proporcionar diversas experiências, seguindo os pressupostos pedagógicos adequados para essa faixa etária, evitando assim, o sentimento de desinteresse e de frustração das crianças (BUJES, 2001; PANIAGUA; PALACIOS, 2007).

Além disso, é na etapa da Educação Infantil que se deve proporcionar situações para que a criança desenvolva o máximo de suas potencialidades, principalmente quando a mesma apresenta algumas necessidades específicas (PANIAGUA; PALACIOS, 2007), se enquadrando no Público Alvo da Educação Especial (PAEE). Segundo a atualização da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº12796 de 4 de abril de 2013) o PAEE é definido como sendo alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2013).

A criança sendo parte do PAEE pode necessitar de um suporte especializado dentro do ambiente escolar, devido as diferentes especificidades que apresenta, objetivando que ela possa ter as mesmas possibilidades de desenvolvimento, partindo de uma proposta de educação baseada no processo de inclusão (PANIAGUA; PALACIOS, 2007).

A inclusão pode ser entendida como um movimento educacional, social e político que visa à garantia dos direitos de todos os sujeitos, para isto deve haver uma aceitação de todas as diferenças. No âmbito educacional, a inclusão visa defender o direito de todos os alunos de desenvolver suas capacidades e potencialidades, por meio de uma educação de qualidade (FREIRE, 2008).

Para efetivar uma educação inclusiva, no que se refere às pessoas com deficiência, o atual sistema educacional baseia-se na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que coloca como modelo de serviço o Atendimento Educacional Especializado (AEE), tendo como foco as salas de recursos multifuncionais (SRM).

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o AEE se enquadra dentro da modalidade de Educação Especial, esta que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como objetivo:

Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.11).

Assim, percebe-se a importância e a obrigatoriedade do AEE estar presente desde a Educação Infantil (BRASIL, 2008), possibilitando um desenvolvimento integral da criança em suas múltiplas esferas, sendo elas, física, intelectual, social, emocional e simbólica (LEAL, 2017), além de dar suporte para a sua família. De fato, segundo a Resolução 4 de 2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, é função do professor do

AEE orientar o professor da classe comum e também as famílias (BRASIL, 2009).

Tal aspecto torna-se importante, pois a família é parte fundamental do processo de escolarização de qualquer aluno, principalmente na etapa da Educação Infantil, em que as crianças necessitam de maiores cuidados e suportes (CIA *et al.*, 2014).

Faz-se de fundamental importância que haja uma relação de parceria entre escola e a família (SOUSA, 2008), principalmente com os professores, sendo este o professor da sala comum e o professor da SRM, considerando que estas parcerias entre todos os envolvidos proporcionarão diversos benefícios para a criança em questão (RODRIGUES, 2014).

No que tange à parceria entre professor da sala comum e professor da SRM, aponta-se que essa relação é primordial para o sucesso do aluno, em que é necessário estabelecer uma relação de colaboração. Outra forma do professor e do aluno PAEE receber apoio é por meio do ensino colaborativo. O ensino colaborativo consiste numa estratégia de ensino que se faz extremamente promissora para um trabalho efetivo dentro do ambiente escolar, oferecendo grandes vantagens, como por exemplo, a possibilidade de uma reflexão, de um planejamento e de uma atuação em grupo (MENDES, 2014).

A fim de ilustrar pesquisas que focaram em variáveis semelhantes ao presente estudo, foi realizada uma busca por estudos da área, com base nos descritores: AEE, educação infantil, ensino colaborativo e relação família e escola. Abaixo seguem alguns exemplos de estudos que focaram em pelo menos duas dessas variáveis.

Cotonhoto (2014) buscou compreender a proposta curricular do AEE na SRM, por meio de uma pesquisa-ação colaborativo-crítico em uma pré-escola. Participaram 13 crianças que frequentavam o AEE, dois professores de Educação Especial, um instrutor surdo, dois pedagogos e professores que trabalhavam na escola. Concluiu-se que ainda existem muitos fatores que comprometem um serviço de qualidade, como por exemplo, a falta de formação adequada do professor de Educação Especial para lidar com a faixa etária atendida na Educação Infantil, além de descontextualização do currículo escolar.

Rodrigues (2014) realizou um estudo sobre o AEE na Educação Infantil, buscando compreender e caracterizar esse serviço de acordo com observações nas SRM e entrevistas com pais, professores da sala comum e professores do AEE. Os resultados apontaram para a importância desse tipo de serviço para os alunos PAEE, considerando que todos os envolvidos fizeram colocações positivas sobre o trabalho desenvolvido na SRM e o aprendizado dos alunos alvos. Além disso, os professores colocaram a importância de se trabalhar de forma colaborativa, no entanto, tal prática não se mostrou recorrente dentro das escolas.

Ainda Milanesi e Cia (2017) desenvolveram um estudo exploratório que objetivou descrever o trabalho dos professores das SRM da Educação Infantil. Participaram da pesquisa, respondendo uma entrevista, seis professores. Constatou-se que ainda há muitas dificuldades no desenvolvimento do trabalho de AEE na etapa de Educação Infantil, como por exemplo, encaminhamentos de alunos para a SRM com dificuldades de aprendizagem, além de falta de formação oferecida pelo governo, ademais, verificou-se que apesar de

existirem legislações para nortear o AEE, os professores desenvolvem trabalhos de formas diferentes.

Este estudo visa investigar o AEE na educação infantil, sob a ótica de professores do AEE, professores da classe comum, pais dos alunos atendidos e também professores do ensino colaborativo, uma vez que os estudos acima citados não abarcaram a investigação do AEE sobre a ótica do professor do ensino colaborativo. Além disso, estudos desenvolvidos no ONEESP (Observatório Nacional de Educação Especial), sobre o AEE verificaram que existem poucas pesquisas que focaram nesse serviço especificamente na educação infantil, uma vez que a maior parte dos estudos focaram no AEE no ensino fundamental. Outro dado relevante é a diversidade de formas de atendimento na educação infantil, a depender do município onde a pré-escola estiver locada (MENDES; CIA; TANNÚS-VALADÃO, 2015).

Diante da falta de maiores informações sobre a realidade acerca do atendimento educacional especializado na Educação Infantil, questiona-se: Quais as opiniões do professor da sala comum acerca do AEE na Educação Infantil? Há uma parceria colaborativa entre o professor do AEE e da sala comum na Educação Infantil? Como a família vê o AEE para o desenvolvimento de seu filho na Educação Infantil?

Considerando tais questionamentos, o presente estudo teve por objetivo descrever o funcionamento do AEE, na Educação Infantil a partir da opinião do professor do AEE, professor do ensino colaborativo, professor da sala comum e da família.

Método

Participantes

Fizeram parte da pesquisa oito participantes, sendo, quatro professores que atuam em sala comum na etapa de Educação Infantil (dois atuantes no período da manhã e dois atuantes no período da tarde) que atendem os mesmos alunos alvo; um professor de Educação Especial que atua na Sala de Recursos Multifuncionais³ na etapa de Educação Infantil; um professor de Educação Especial que atua na sala de aula comum como professor do ensino colaborativo e dois familiares de alunos PAEE que frequentam o AEE.

Tais participantes responderam com base de dois alunos PAEE, sendo uma aluna de cinco anos de idade com paralisia cerebral, que segundo as professoras de Educação Especial, tem dificuldades de locomoção e de aprendizagem. E um aluno de cinco anos com síndrome de Klinefelter, que tem dificuldades na fala, na habilidade de coordenação motora fina, de aprendizagem e de concentração.

Cabe destacar que o professor da Educação Especial respondeu a entrevista para diferentes familiares e professores da classe comum.

³ Sala de Recurso Multifuncional pode ser definida como o local, em que prioritariamente ocorre o Atendimento Educacional Especializado na própria escola ou em outra escola do ensino comum, sendo ofertado no contra turno da escolarização (BRASIL, 2009).

Tabela 1. Caracterização dos Participantes

	Código dos Participantes	Período de Atuação	Idade (anos)	Sexo	Formação Inicial	Formação Continuada	Tempo de Atuação
Profes- sores da Educação Especial	PEE 1	Colaborativo -Manhã	34	F	Pedagogia	Especialização em Educação Especial e Análise do comportamento aplicada ao autismo.	5 anos (6 meses nessa escola)
	PEE 2	SRM -Tarde	40	F	Pedagogia com Habilitação em deficiência intelectual	Especialização em Psicopedagogia	17anos (10 nessa escola)
Profes- sores da Sala Comum	PSR 1	Manhã	42	F	Pedagogia	Especialização em Educação Infantil e Psicopedagogia	20 anos
	PSR 2	Manhã	49	F	Pedagogia	Especialização em Educação Ambiental	15 anos
	PSR 3	Tarde	34	F	Pedagogia	Especialização em Educação Infantil	10 anos
	PSR 4	Tarde	36	F	Pedagogia	Especialização em Educação Infantil	11 anos
Familiares	FA 1 (Mãe)	_____	37	F	Ensino Médio Incompleto	_____	_____
	FA 2 (Mãe)	_____	44	F	Ensino Superior Completo (Graduação em Pedagogia)	_____	_____

Fonte: as autoras.

Local

As entrevistas foram realizadas em uma escola pública de Educação Infantil de período integral, situada em um município de médio porte do interior paulista.

Instrumentos

Para alcançar os objetivos da presente pesquisa, optou-se por utilizar como fonte de dados quatro roteiros de entrevistas estruturados, para aplicação de forma presencial.

Os instrumentos foram produzidos a partir do material desenvolvido por Rodrigues (2014), que buscou analisar como ocorre o AEE nas SRM nas pré-escolas e a participação dos pais e professores do ensino comum nesse

processo. Os roteiros foram modificados de acordo com o objetivo do presente estudo.

O primeiro roteiro de entrevista foi designado para o professor da SRM, tendo como objetivo conhecer a relação desse professor de Educação Especial para com o professor da sala comum e a família do aluno PAEE, bem como, verificar sua concepção sobre o AEE. Este roteiro foi composto por 24 questões abertas, dividido em quatro blocos, sendo eles: a) Caracterização do Professor da SRM; b) O aluno PAEE e o AEE; c) Trabalho com os professores da classe comum e d) Trabalho com os pais.

O segundo roteiro de entrevista foi designado para o professor do ensino colaborativo, tendo como objetivo conhecer a relação entre o professor de Educação Especial, o professor da sala comum e a família do aluno PAEE, bem como, verificar sua concepção sobre o AEE e o ensino colaborativo. Este roteiro foi composto por 21 questões abertas, dividido em quatro blocos, sendo eles: a) Caracterização do Professor do Ensino Colaborativo; b) O aluno PAEE e o AEE; c) Trabalho com os professores da classe comum e d) Trabalho com os pais.

O terceiro roteiro de entrevista foi designado para o professor da sala comum, tendo como objetivo conhecer a relação entre o professor da sala comum, o professor de Educação Especial e a família do aluno PAEE, bem como, verificar sua concepção sobre o AEE. Este roteiro foi composto por 17 questões abertas, dividido em dois blocos, sendo eles: a) Caracterização do professor da classe comum e b) Considerações sobre o professor da SRM.

O quarto roteiro de entrevista foi designado para um familiar de um aluno PAEE, tendo como objetivo conhecer a relação desse familiar com o professor de Educação Especial e o professor da sala comum, bem como, verificar sua concepção sobre o AEE. Este roteiro é composto por 16 questões abertas, dividido em três blocos, sendo eles: a) Caracterização dos pais; b) O aluno PAEE na escola e c) Considerações sobre os professores.

Os roteiros de entrevistas passaram por adequação, em que três juízes, sendo eles doutorandos em Educação Especial, avaliaram os instrumentos, buscando corrigir possíveis lacunas, além de adequar a linguagem.

Materiais e Equipamentos

Para a presente pesquisa foi utilizado um aparelho de gravador, a fim de capturar as falas dos participantes, para posterior transcrição.

Procedimentos de coleta dos dados

Após a aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa em Seres Humanos (CAEE nº72795417.0000.5504) e da Secretaria de Educação do município foi iniciada a coleta de dados, em que a pesquisadora se dirigiu até a escola em questão, apresentou a proposta da pesquisa para a diretora e a mesma direcionou o contato para com os participantes. Em seguida, foram apresentados aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e realizadas as entrevistas estruturadas com os familiares, os professores da sala comum e os professores da Educação Especial de forma individual, estas que foram gravadas e depois transcritas.

As entrevistas ocorreram de acordo com a disponibilidade de horários dos participantes.

Procedimentos de análise dos dados

Inicialmente, as gravações das entrevistas foram transcritas e os dados foram analisados de modo qualitativo por meio de análise de conteúdo, no qual os dados são desmembrados em unidades de conteúdo e categorização, seguindo os eixos dos roteiros de entrevistas (FRANCO, 2003).

Resultados e discussões

Para uma melhor visualização dos dados, dividiu-se os resultados em categorias, que serão apresentadas a seguir.

Caracterização do AEE e dos alunos PAEE

Na escola em que a pesquisa ocorreu recebem atendimento na SRM oito alunos, no entanto, apenas quatro com diagnóstico. A dinâmica de atendimento ocorre da seguinte forma: no período da manhã há uma professora do ensino colaborativo, que faz acompanhamento na sala de aula comum, ficando em torno de 40 minutos em cada sala de aula. No período da tarde não há professora do ensino colaborativo e o atendimento ocorre de forma individual na SRM, em que os alunos são retirados da sala comum e levados para a SRM, tendo duração de uma hora e ocorrendo duas vezes por semana.

Segundo relatos das professoras, apesar de haver computador nas SRM e outros materiais enviados pelo governo, ainda faltam materiais, como jogos diversificados e para a construção de recursos adaptados. Por fim, a falta de internet na sala limita em alguns casos o uso do computador.

Frente às avaliações dos alunos PAEE dentro da SRM, os professores relataram que no início do ano é realizada uma avaliação inicial padrão provinda da Secretaria de Educação do município, sendo esta uma anamnese com os pais. Além disso, a professora da SRM apontou que faz outros tipos de avaliações ao longo do ano, objetivando verificar o desenvolvimento dos alunos e a aquisição de habilidades. Assim, como no estudo de Milanesi e Cia (2017) percebeu-se que os professores relataram a necessidade de haver uma avaliação padrão destinada aos alunos PAEE para ser aplicada na etapa da Educação Infantil.

Em relação ao tempo para o planejamento das atividades, a professora do ensino colaborativo relatou que não possui nenhum horário para o planejamento, considerando que seu vínculo de trabalho é por contrato, assim, esse tipo de profissional não dispõe do horário de HTPI – Hora do Trabalho Pedagógico Individual. A professora da SRM por ser concursada dispõe do HTPI e tem uma carga horária de duas horas por semana destinada ao seu planejamento.

Seria de extrema importância que a professora do ensino colaborativo tivesse um tempo destinado para o planejamento de suas atividades de forma conjunta com as professoras da sala comum, considerando que essa parceria

dentro e fora da sala de aula beneficia significativamente os alunos PAEE (MENDES, 2014).

Trabalho desenvolvido em sala de aula junto com os alunos PAEE

Quanto aos professores da sala comum, dois afirmaram nunca terem feito curso na área de Educação Especial e dois afirmaram terem feito cursos de curta duração sobre o tema. Além disso, dos quatro professores, apenas um relatou que era a primeira vez que atendia em sua sala de aula um aluno PAEE com diagnóstico, considerando que em anos anteriores atendeu apenas alunos com dificuldade de aprendizagem.

Em relação ao planejamento para com os alunos PAEE, percebeu-se que os professores realizavam um planejamento diferenciado para estes alunos. A professora PSR1 relatou que realizou esse planejamento no começo do ano e depois a aluna conseguiu acompanhar as atividades com ajuda da professora do ensino colaborativo e das estagiárias de um curso de Licenciatura em Educação Especial. Outra professora (PSR2) relatou que só conseguia realizar o planejamento para o aluno PAEE com auxílio da professora do ensino colaborativo. A professora PSR3 apontou que faz o planejamento conforme as demandas do aluno, e quando há uma necessidade maior pede auxílio para a professora da SRM. A professora PRS4 apontou que seu planejamento sofre alterações constantemente, considerando a diversidade de todos os alunos, não somente do aluno PAEE, como pode ser visto no excerto a seguir:

Meu planejamento muda muito ao longo do ano, sabe, porque para mim não é só o “E” que tem necessidades especiais, o aluno especial precisa de uma atenção especial, mas todos são diferentes, aí quando eu vejo que meu planejamento não está adequado para a sala e nem para o “E” eu modifico (PRS4).

Os dois familiares relataram que não eram convidados para participar do processo de planejamento escolar, nem da sala comum e nem do AEE, em que as visitas geralmente só ocorriam quando os professores solicitavam a presença dos familiares em casos de problemas com os alunos e nas reuniões bimestrais. Além disso, foi relatado pelas mães que em nenhum momento elas participaram dos atendimentos na SRM e também nunca foram convidadas para participar.

O planejamento desde a Educação Infantil é muito importante para a organização da prática docente. Libâneo (1994) aponta que por meio do planejamento o professor pode estabelecer uma articulação entre a atividade escolar e os problemas do âmbito escolar, desta forma, percebe-se a importância deste estabelecer um planejamento, bem como, envolver a família nessa ação. Ademais para Rodrigues (2014) a falta de um planejamento, mesmo na etapa de Educação Infantil, dificulta o processo de ensino-aprendizagem, empobrecendo a prática pedagógica do professor, além disso, a autora se remete para a importância de se realizar um planejamento de forma colaborativa, com todos os profissionais e familiares envolvidos com o aluno.

Sobre o conhecimento dos familiares referente às atividades desenvolvidas dentro da sala de aula comum e na SRM, notou-se que a FA1

tem pouca informação sobre o trabalho executado, como se pode ver no excerto a seguir:

Na sala de aula acredito que ele faz as mesmas coisas que as outras crianças, mas assim no ritmo dele. Agora no atendimento a professora tenta trabalhar, assim, como posso dizer, a coordenação, as cores (pausa), essas coisas que eu sei (FA1).

A FA2 apresenta um pouco mais de conhecimento sobre as atividades realizadas dentro da sala de aula comum e na SRM, como se pode verificar no excerto a seguir:

Então, na sala normal a professora segue o mesmo currículo, mas tem as adaptações, principalmente quanto ao tempo que ela precisa para realizar as atividades, por conta da deficiência física dela, então em determinadas coisas ela precisa de um tempo maior, mas os conteúdos trabalhados são os mesmos. Na sala de recursos que o atendimento é individual a professora trabalha atividades que ela mais precisa, com foco em coisas que ela tem maior dificuldade, como por exemplo, eu posso dizer das atividades de coordenação motora e raciocínio lógico, que eu sei que ela tem bastante dificuldade, mas sei também que é difícil, porque esses atendimentos não sei se você sabe são só duas vezes por semana, mas é o que tem no momento, aí eu tento assim, trabalhar um pouco aos finais de semana, porque como ela fica o dia na escola chega em casa a coitadinha muito cansada (FA2).

A família é de fundamental importância para o desenvolvimento do sujeito, assim, seria indispensável que ela participasse de forma ativa do contexto escolar. Cia *et al.* (2014) apontam que essa participação da família na primeira infância é fundamental, pois nessa etapa os sujeitos precisam de maior atenção e cuidado. Ademais, é papel do professor do AEE orientar a família dos alunos PAEE, sobre as necessidades educacionais de seus filhos, bem como, buscar informações sobre os alunos com seus familiares (BRASIL, 2009).

Ao questionar os professores sobre os apoios que eles recebem dentro da sala de aula, notou-se uma grande diferença entre os apoios do período da manhã e da tarde. No período da manhã, os professores tinham como apoio a professora do ensino colaborativo e de estagiárias de um curso de Licenciatura em Educação Especial. No período da tarde há apenas a professora da SRM, que só comparece a sala de aula quando solicitada. Uma das reclamações da professora PSR2 é que a professora do ensino colaborativo não permanece na sala o tempo todo, pois tem que se revezar entre todas as turmas que tem alunos PAEE, como se pode perceber no excerto a seguir:

Eu recebo o apoio da professora do ensino colaborativo, mas assim, é complicado porque com esse negócio de inclusão eles não dão apoio, aí coloca uma professora só para atender todas as classes. Meu aluno é problema, sabe, aí não consigo fazer

as coisas direito quando a professora do colaborativo não está na sala para me ajudar (PSR2).

Além disso, a professora PRS3 manifestou que gostaria de receber estagiários em sua sala, no entanto, os mesmos são designados apenas para o período da manhã.

Percebe-se que os apoios provindos da área de Educação Especial são muito importantes para os alunos PAEE dentro do ambiente escolar, sendo garantidos por lei (BRASIL, 2008), no entanto, segundo os professores esses apoios precisam ser melhorados.

Visão dos participantes sobre o AEE

Frente ao conhecimento dos professores da sala comum sobre demais atendimentos, dois professores relataram não saber sobre demais atendimentos do aluno fora da escola (PRS2, PRS4). Os professores PRS1 e PRS3 relataram que os alunos não fazem outros tipos de atendimento, considerando que a escola atende em período integral.

A mãe FA1 apontou que seu filho não faz nenhum outro tipo de atendimento fora do ambiente escolar, já a mãe FA2 relatou que sua filha faz atendimento com a fisioterapeuta uma vez por semana.

Ao comparar as informações da família e dos professores da sala comum, percebe-se que há uma falta de troca de informações, pois nenhuma das duas professoras da aluna tem conhecimento sobre seu atendimento com a fisioterapeuta. Fato este, que pode dificultar a escolarização da criança, já que há informações importantes entre os profissionais que poderiam ser trocadas para melhorar as vivências da criança na escola, considerando que a troca de informações entre família e escola é de extrema importância para o desenvolvimento do aluno, principalmente na primeira infância.

Todos os professores apontaram para a importância do atendimento em SRM, algo que pode ser visto nos excertos a seguir:

É bom para desenvolver habilidades que às vezes aqui em grupo na sala de aula fica difícil. Acho muito importante esse atendimento individualizado na SRM. Ah tá! Lembrei você perguntou da função, bom, acho que tem a função de trabalhar as habilidades e as dificuldades desses alunos, porque como eu já disse em sala de aula é difícil fazer isso (PSR3).

Extremamente importante esse atendimento na SRM, a professora é ótima e a gente tem que ter um apoio, que vem desse atendimento (PSR4).

Em contrapartida, a professora PSR2 apontou para a importância da SRM, no entanto, relatou que em sua opinião o investimento maior deveria ser nos professores do ensino colaborativo, pois nesse modelo de atendimento há uma aproximação maior entre os professores e os alunos PAEE, como pode ser visto no excerto a seguir:

A sala de recurso lá é muito importante, mas eu sou da opinião que deviriam valorizar mais o investimento nos professores colaborativos, porque eles estão ali na sala o tempo todo

acompanhando o aluno, aí não fica tão pesado para mim, aí tem essa aproximação mais direta entre os outros professores e os alunos com deficiência (PRS2).

Para os familiares é importante o AEE na escola, considerando que notaram mudanças positivas em relação ao desenvolvimento de seus filhos após o início dos atendimentos, como se pode ver no excerto abaixo:

Assim, a escola e os atendimentos faz bem para ele, acho que tudo que ele faz na escola ajuda, porque em casa eu não tenho tempo de fazer assim, essas coisas de jogos, deixa eu ver como eu posso dizer, tem uma palavra que as professoras dizem (pausa), peraí, estou lembrando (pausa), ah lembrei estimulação, sabe, eu trabalho muito, tenho muitas obrigações, sou sozinha, aí fica muito difícil pra mim, aí a escola me ajuda muito com isso (FA1).

Os participantes indicaram que, o AEE e o ensino colaborativo são de extrema importância para os alunos PAEE, assim, reforça-se que nenhum dos dois tipos de atendimento deve ser substituído um pelo outro, considerando que o ensino colaborativo favorece a aprendizagem integral dentro da sala de aula comum. O AEE visa o trabalho em diversas habilidades específicas de acordo com as necessidades de cada aluno dentro da SRM. Segundo as diretrizes legais que norteiam esse serviço, nenhuma atividade dentro da SRM pode substituir o trabalho dentro da sala comum (BRASIL, 2009). Ao indagar os professores sobre como deveria ocorrer a articulação entre a sala comum e o AEE, apenas a professora PSR3 apontou que não faria nenhuma mudança; como está organizado está ótimo. As demais professoras apontaram que são poucos atendimentos na semana, poderiam ser realizados mais vezes e a falta de tempo para a conversa com a professora da SRM é um fator que tinha que ser resolvido, pois nos horários de HTPC - Hora de trabalho pedagógico coletivo, que deveriam ser destinados a essas conversas, são focalizados assuntos burocráticos e falta tempo para conversar sobre os alunos. Além disso, foi posto por duas professoras (PSR1, PSR2) que o modelo mais correto de AEE seria investimento nos professores do ensino colaborativo, ao invés da proposta vigente de SRM.

Percebe-se que na realidade investigada o modelo de parceria colaborativa vem ganhando força. Para Rabelo (2012), tal modelo de colaboração está crescendo dentro da escola comum brasileira, considerando que a junção de diferentes profissionais com experiências diferenciadas, enriquece a prática pedagógica, visando uma educação de qualidade para todos os alunos.

Os familiares divergiram opiniões sobre as possíveis mudanças que poderiam ocorrer no AEE. A FA1 relatou que o atendimento estava muito bom e não precisava de mudanças. No entanto, a FA2 apontou que os atendimentos poderiam ser realizados mais vezes na semana, pois em sua opinião, duas vezes por semana não são suficientes para suprir as necessidades de sua filha, ainda acrescentou que poderiam ter mais recursos tecnológicos, objetivando ampliar as atividades desenvolvidas.

Relação entre os professores da sala comum e os professores da Educação Especial

Frente à relação dos professores da sala comum e dos professores de Educação Especial, percebeu-se que há uma maior troca de informações entre os professores da sala comum da manhã com a professora do ensino colaborativo e os professores da tarde com a professora da SRM. De fato, a professora do ensino colaborativo atua na sala de aula comum, o que facilita o contato com o professor regente.

Uma queixa muito forte de todos os professores é a falta de tempo para trocar informações sobre os alunos, e que geralmente essas conversas ocorrem em horários do café, HTPC, horário do “soninho”, em que as crianças estão dormindo e via celular.

Rodrigues (2014) também pôde evidenciar em seu estudo que muitas vezes a troca de informações entre os professores se faz complexa, principalmente quando os mesmos atuam em períodos opostos.

A professora da SRM relatou que somente vai até a sala de aula se a professora da classe solicitar. Ademais mencionou que quando necessário prepara recursos pedagógicos juntamente com as demais professoras, algo que também foi relatado pelas professoras da classe comum. Também percebeu-se que a professora SRM tem uma relação mais próxima com as professoras do turno da tarde, considerando que em sua opinião são professoras mais favoráveis a inclusão escolar e assim há uma maior facilidade de trabalho conjunto.

Fomenta-se que a colaboração dentro do ambiente escolar está prevista por lei, beneficiando todos os envolvidos, em que o professor da Educação Especial deve “[...] trabalhar em equipe, assistindo o professor da classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2001, p.5).

Relação entre os professores e os familiares

Percebe-se que por meio da fala entre os professores e os familiares, que cada parte aponta uma questão para a notória falta de troca de informações. Os pais relatam que somente vão à escola quando são solicitados para resolver problemas e os professores apontam que os pais só vêm à escola quando são solicitados, que não aparecem na escola para participar das demais atividades propostas.

Os familiares e os professores relatam que a maioria das conversas ocorre de forma rápida, geralmente no horário de entrada e saída dos alunos e que as informações trocadas são sobre o comportamento do aluno e também sobre seu desenvolvimento. A professora PSR4 relatou que a FA1 só comparece à escola quando a questão é de seu interesse, como se pode ver no excerto abaixo:

A mãe cobra muito da gente sabe, mas quando é do interesse dela, esses dias que ela está entrando com o processo para aposentar o “E”, ela veio inúmeras vezes, agora quando eu chamo para conversar sobre o desenvolvimento dele ela demora para aparecer e o foco dela é assim, no cuidar, não

acredita muito que ele é capaz, ai fica nisso, é complicado (PSR4).

Percebe-se que a relação entre a família e a escola se constitui cheia de percalços, como por exemplo, falta de troca de informações entre as partes e falta de tempo da família para ir à escola. Muitas vezes, a parceria entre a família e a escola torna-se custosa, considerando que em muitos casos, a família apresenta uma série de problemas que dificulta o contato direto com o professor e o acompanhamento escolar do aluno. Em contrapartida, a escola também não favorece uma aproximação dos pais para discussão de assuntos diversos e dos seus filhos (CIA *et al.*, 2014). No entanto, é imprescindível que ambas as partes colaborem para proporcionar o desenvolvimento integral da criança.

Considerações finais

No presente estudo pode-se constatar que todos os participantes reconheciam a importância do AEE na SRM na etapa de Educação Infantil, principalmente porque nesse espaço ocorre o desenvolvimento de habilidades de forma individual, algo que em muitos casos não pode ser realizado dentro da sala de aula comum. No entanto, um dado muito relevante evidenciado pelos professores da sala comum foi em um maior investimento em professores do ensino colaborativo em tempo integral na sala de aula.

A relação entre os professores da sala comum e os professores da Educação Especial muitas vezes é prejudicada pela falta de tempo para a troca de informações, em que o tempo de HTPC que seria destinado para a conversa e planejamento de atividades de forma conjunta entre os professores, acaba sendo tomado por questões burocráticas.

A relação entre os professores e a família se constitui um aspecto complexo, considerando que cada âmbito aponta dificuldades do contato. A família com muitas atribuições, muitas vezes, não tem disponibilidade de acompanhar as atividades desenvolvidas na escola de forma mais próxima, além de, em alguns casos não reconhecer a real importância dos aspectos pedagógicos na etapa da Educação Infantil, focalizando apenas no cuidar. Em contrapartida, muitas vezes, os professores só solicitam a presença dos familiares quando se deparam com algum problema, não trazendo a família para a escola objetivando que ela desfrute de momentos agradáveis nesse espaço ou mesmo que a família perceba a importância que tem para o aprendizado e desenvolvimento do seu filho.

Espera que este estudo possa ter contribuído com as áreas de conhecimentos sobre o AEE na etapa de Educação Infantil e as relações entre os professores e a família dos alunos PAEE, bem como, fomentar novas pesquisas de intervenção para tentar estabelecer maiores relações entre os próprios professores e também com a família.

Referências

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001**, Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>. Acesso em: 05/04/2017.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. **Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007**, Brasília, 2008. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf Acesso em: 10/04/2017.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação, Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 29/06/2017.

BRASIL. **Lei Nº12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências, Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 25/06/2017.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola Infantil: Pra que te quero?. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis Elise (Artemed/Org). **Educação Infantil: Pra que te quero?**, 1ªed, Porto Alegre: Artemed, 2001, p.13-22.

CIA, Fabiana *et al.* Relação família e escola na Educação Infantil de crianças Público Alvo da Educação Especial: Possibilidades e Desafios. In: CARNEIRO, Relma Uriel Carbone *et al.* (PACO/Orgs). **Educação Especial e inclusiva: Mudanças para a escola e sociedade**, 2º ed, Jundiaí: Paco Editorial, 2014, p.75-107.

COTONHOTO, Larissy Alves. **Currículo e Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil: possibilidades e desafios à inclusão escolar**. 2014. 275f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

FRANCO, Maria. Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3ªed., Brasília: Plano editora, 2003, 89 p.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, Portugal, v.16, n.1, p.5-20, 2008.

LEAL, Patrícia Maristela de Freitas. **O Brincar na Educação Infantil e o Desenvolvimento Integral da Criança**. 2017. 80p. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 1ªed., São Paulo; Cortez, 1994, 264 p.

MENDES, Enicéia. Gonçalves. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: Unindo esforços entre educação comum e especial**. 1 ed, São Carlos; Edufscar, 2014, 162 p.

MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana; TANNÚS-VALADÃO, Gabriela. **Inclusão escolar em foco: Organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado**. 1. ed. Marília: M&M, 2015. 520p.

MILANESI, Josiane Beltrone; CIA, Fabiana. O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais da educação infantil. **Revista Educação Especial: Santa Maria**, Santa Maria, v.30. n.57, p.69-82. 2017.

MOYLES, Janet. **Fundamentos da educação infantil: Enfrentando o desafio**. São Paulo: Artmed, 2010. 329p.

PANIAGUA, Gema; PALACIOS, Jesus. A educação infantil é infantil?. In:_____. (Artemed/Orgs). **Educação infantil: resposta educativa à diversidade**. Trad. Fátima Murad. 1º ed, Porto Alegre: Artmed, 2007, p.11-29.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**. 2012. 200 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

RODRIGUES, Roberta Karoline Gonçalves. **Atendimento educacional especializado na educação infantil: interface com os pais e professores da classe comum**. 2014. 153p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SOUSA, Ana Paula de. A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional. **Revista Iberoamericana de Educação**, Espanha, v. 44. n.7, p. 1-8, 2008. Disponível em: < <https://rieoei.org/RIE/article/view/2172> > Acesso em: 25/06/2017.

Enviado em: 12/março/2018

Aprovado em: 31/março/2019

Ahead of print em: 25/agosto/2019